

ACTA N.º 4/2010

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e dez, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório Municipal, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – REDE SOCIAL DE CHAVES 2010/2012 – PARA CONHECIMENTO;**
- 3. DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011. PROPOSTA N 66/GAPV/2010;**
- 4. ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS AOS MUNICÍPIOS AFECTADOS PELA CONSTRUÇÃO DAS GRANDES BARRAGENS. PROPOSTA N.º. 55/GAPV/2010;**
- 5. ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CIM/TM. PROPOSTA N.º 62/GAPV/2010;**
- 6. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º. 69/GAPV/2010 – ART. 83.º;**
- 7. REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E DE EDIFICAÇÃO - APROVAÇÃO DEFINITIVA NA SEQUÊNCIA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA. INFORMAÇÃO DA CHEFE DE DIVISÃO, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, ARQTA. ANA ISABEL AUGUSTO.**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais não se tendo verificado faltas.

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

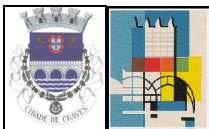
Joana Maria Simões Batista
José António Trindade Mendes
Ana Margarida Vaz Alves Chaves
António Jorge de Sousa Pinto de Barros

A acta número três, referente à sessão anterior, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

Posta à votação foi aprovada por noventa e sete votos a favor e duas abstenções por ausência na última sessão.

Entrou-se no “**Período Antes da Ordem do Dia**”.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA deu conhecimento da entrada na Mesa de uma “Moção” apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, que foi lida pelo Líder da bancada, Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha e se transcreve:



“Moção”

A implantação da República em 1910 é um importante marco da história e da luta do povo português que importa assinalar.

A Primeira República foi proclamada a 5 de Outubro de 1910 por cidadãos, agrupamentos e organizações progressistas e vanguardistas dentro do espectro político-social português, com apoio incondicional e fundamental das camadas populares da cidade de Lisboa.

O povo e as suas estruturas foram a alavanca de sucesso da Revolução. Quando a mesma parecia condenada ao fracasso, com o suicídio de Cândido dos Reis, foi o Povo que, assumindo a bandeira da República, resistiu na Rotunda e de lá saiu vitorioso.

Não podemos esquecer a componente militar do movimento republicano triunfante em Outubro de 1910, composta por elementos do Exército e da Armada, da classe de oficiais, sargentos e praças. Aliás, este amplo movimento contou com a acção de centenas de revolucionários civis, o que permitiu derrotar uma monarquia claudicante aos interesses de uma minoria e em clara desagregação, incapaz de dar resposta aos desafios do início do Século XX.

Os contributos dos revolucionários civis nas principais cidades e vilas portuguesas, imbuídos da lembrança do acontecimento revolucionário republicano protagonizado no Porto a 31 de Janeiro de 1891, contribuiu para a defesa e consolidação da República, sendo, por isso mesmo, um facto inegável da História de Portugal.

Todos os que honraram o ideal republicano e por ele lutaram e morreram, bebendo as máximas da Revolução Francesa de 1789, merecem o nosso respeito e memória.

Na Constituição de 1911, foram finalmente abolidos todos os privilégios decorrentes do nascimento e criadas condições para que o mérito pessoal promovesse o acesso à educação e ao emprego, contribuindo para diminuir as assimetrias entre ricos e pobres. A separação da Igreja, do Estado, foi concretizada. O registo civil foi tornado obrigatório. Os problemas de habitação nas principais cidades foram enfrentados. Na Educação deram-se avanços significativos, erigiram-se novas escolas e dignificou-se a classe dos professores.

A proclamação da República Portuguesa foi, sem dúvida, o primeiro grande marco da causa da Liberdade no Portugal do Século XX, apesar dos limites e das incapacidades no cumprimento dos mais puros ideais republicanos que se verificou nos anos seguintes.

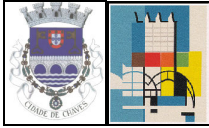
Os ideais republicanos aprisionados durante a ditadura fascista (1926/1974), permaneceram vivos na memória do Povo Português, como acto de libertação e a comemoração do 5 de Outubro transformou-se em jornada de luta, inserida na torrente que abriu caminho à Revolução de Abril e que finalmente cumpriu objectivos libertadores que a revolução republicana não soube ou não pode cumprir.

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 29 de Setembro de 2010, congratula-se com o aniversário das Comemorações. A Coligação Democrática Unitária”.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA propôs a entrada desta Moção, ao que ninguém se opôs.

Posta à votação foi aprovada com 96 votos a favor e duas abstenções.

Em seguida usou da palavra o Senhor deputado **JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS** que depois de cumprimentar os presentes disse o seguinte:



“Começo por referir, em primeiro lugar, que esta intervenção segue hoje por carta registada, e-mail e/ou por mão própria, para as seguintes autoridades, entidades e/ou personalidades:

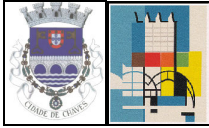
Senhor Presidente da República Portuguesa; Senhor Primeiro - Ministro; Senhor Presidente da Assembleia da República; Senhora Ministra da Saúde; Senhor Presidente da ARS Norte; Senhor Presidente da Ordem dos médicos; Senhor Director Clínico do CHTMAD, EPE; Comissão Parlamentar da Saúde na AR; Senhores deputados da Assembleia da República e líderes dos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE, PCP, PEV; Senhores líderes de bancada da Assembleia Municipal de Chaves do PSD, PS, PCP e CDS-PP.

Jorge Miguel França Santos vem na qualidade de Deputado Municipal eleito como independente nas listas do PSD, nas últimas eleições autárquicas, sendo também Vice-Presidente do Grupo Municipal do PSD para a área da Saúde e Bem-estar, bem como elemento integrante da Comissão de Defesa do Hospital de Chaves criada pela Assembleia Municipal de Chaves em Dezembro de 2009, e ainda como cidadão flaviense e Médico Pediatra pertencente ao quadro do Hospital de Chaves desde 1996 (momento em que finalizei a minha especialidade no Hospital de São João, no Porto) denunciar, por imperativo ético, a gravosa situação em que se encontra actualmente a Unidade Hospitalar de Chaves, resultado da sua integração no CHTMAD, EPE em 2007, com prejuízo sério, a meu ver, para as populações do Alto - Tâmega e Barroso no seu Direito Constitucional à prestação de cuidados de saúde em segurança, equidade e qualidade.

Sendo ainda Ministro da Saúde o Dr. Correia de Campos e no momento da reestruturação do Serviço de Urgência do SNS a nível nacional, tendo sido proposta para o Hospital de Chaves a ignomínia desqualificação do mesmo, com fecho da respectiva maternidade e passagem a um serviço de urgência básica, as populações do Alto -Tâmega e Barroso efectuaram uma enorme manifestação pública de protesto, de modo ordeiro e cívico, como é apanágio da nossa gente “esquecida” (das mais envelhecidas e pobres no todo Nacional) mas de carácter nobre, que sensibilizou o país e fez recuar a intenção inicial do então Ministro da Saúde. Nessa sequência e âmbito foi assinado em 2007 um protocolo de “cooperação” entre a CMC e a ARS -Norte em que se assegurava a existência em Chaves de uma dita urgência médico cirúrgica. O povo esteve e está solidário com a autarquia e disponível para defender o seu Direito Constitucional à Saúde. Recordo que vim a público pela primeira vez a uma reunião promovida pela autarquia, como cidadão e médico defender de modo veemente a não anexação do Hospital de Chaves, tal como muitos outros cidadãos de diferentes quadrantes políticos, sendo pois contrários à criação do novo CHTMAD, EPE que incluísse o então Hospital Distrital de Chaves, por várias razões que foram justamente invocadas.

Infelizmente ocorreu a anexação do nosso hospital em 27 de Fevereiro de 2007, data da criação do referido CHTMAD, EPE. Digo infelizmente dado que tenho vivido e assistido diariamente, desde essa data, como profissional e cidadão ao desmantelamento progressivo da nossa Unidade Hospitalar. Foi a não aceitação desta realidade, altamente lesiva das gentes da minha terra, o *primum movens* de me ter disponibilizado para o exercício/serviço de actividade política em prol da defesa e salvaguarda dos direitos das nossas populações.

Começo por referir, em primeiro lugar, que só muito recentemente li o referido protocolo de “cooperação” assinado em 2007 entre a ARS -Norte e a CMC (quando a ele tive efectivamente acesso), que assegurava a existência de uma urgência de tipologia médico-cirúrgica na Unidade Hospitalar de Chaves. Cabe-me denunciar aqui e agora publicamente o não cumprimento do mesmo em vários dos seus pontos, com grave prejuízo para os profissionais e populações. Acresce referir, que dei



conhecimento disto, quer a título pessoal quer por e-mail ao Sr. Presidente da CMC, de modo mais pormenorizado, em 30 de Julho de 2010.

Passo a expor:

1 - Evolução do número de profissionais de saúde — Médicos — da Unidade Hospitalar de Chaves, referidos no Protocolo de “Cooperação” assinado entre a Câmara Municipal de Chaves e ARS Norte (2007) até à actualidade.

1.1. Consta do protocolo “9 cirurgiões” (2007)

A partir de Outubro de 2010 dos nove cirurgiões iniciais e referidos no supracitado protocolo, restarão provavelmente cinco, dois dos quais em regime “especial” (um já reformado, com risco de saída face à reformulação do sistema de contratação em caso de reforma antecipada e outro colega com horário concentrado em dois dias).

Verificou-se a perda de 4 médicos cirurgiões, num total de 9, o que significa uma redução de 44.4% ao que acresce ainda as duas situações especiais já referidas. Prevê-se a perda de mais um quinto elemento (o já referido colega em situação de reforma), *o que se vier a concretizar-se representa a perda de 55% do quadro da cirurgia geral inicialmente existente.*

Acresce ainda que o Dr. Francisco Taveira, Chefe de Serviço de Cirurgia, responsável pela Cirurgia na Unidade Hospitalar de Chaves se vê praticamente impossibilitado de organizar escalas de Serviço de Urgência bem como manter a produção de consultas e das cirurgias programadas, tal como acontecia anteriormente. Este contexto determina naturalmente uma redução na “produção” dos profissionais.

O número de horas efectuadas pelos 3 cirurgiões (com excepção do médico com horário concentrado) ultrapassa largamente o recomendado por normas de segurança internacionais, as quais existem na salvaguarda do interesse do doente e com o sentido de diminuir o erro médico.

Em relação à Cirurgia há ainda “o crescente rumor” do fecho nocturno do Bloco operatório (medida que poderá já ocorrer muito em breve), para além da diminuição da equipa-tipo de Cirurgia do SU, actualmente constituída por 2 elementos (um deles em regime de prevenção nocturna) para 1 só elemento. Se tal facto vier a ocorrer, significa, a meu ver, que situações de urgência/emergência cirúrgica vividas pelos doentes do Alto -Tâmega e Barroso passarão a ter um risco acrescido.

Igualmente relevo a falta de cumprimento da remodelação do Bloco Operatório, já por várias vezes publicamente anunciada nos últimos anos e constante em sucessivos Relatórios e Contas do CHTMAD, EPE como obra a efectuar (e até com previsão de verbas). Desconheço se esta prática contabilística, não constituirá em si mesmo uma irregularidade susceptível de ser superiormente questionada.

1.2. Consta do protocolo “4 anestesistas”(2007)

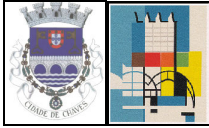
Em 2010 apenas existem 3 anesthesiologistas (e um deles em gozo de uma licença que lhe permite, legitimamente, ligeira redução do horário).

Em conclusão há uma perda de 25% numa especialidade fundamental e com um quadro que já era muito reduzido. Dado que um dos três anestesistas não tem a mesma disponibilidade, os outros dois chegam a estar vários dias consecutivos sem sair do hospital, sobretudo em período de férias, para poderem assegurar este precioso Serviço Público.

Se pensarmos na situação de férias e ou de doença dos profissionais, quer ao nível da Cirurgia, quer ao nível da Anestesia, verificamos a fragilidade/vulnerabilidade da dita urgência médico-cirúrgica.

1.3. Consta igualmente do protocolo “14 internistas” (2007)

Em relação à Medicina Interna e até 2010 “perderam-se” 6 elementos num total de 14, registando-se uma perda acentuada de 42.8%.



V. Excias Senhores Deputados, não imaginam o drama que esta perda representa, dado que é uma das especialidades médicas mais exigentes ao nível de um serviço de urgência e do internamento hospitalar. Acresce ainda o facto de que os profissionais que actualmente permanecem nesta unidade hospitalar está “envelhecido” (apenas três dos 8 profissionais que restam têm menos de 50 anos).

Mas todos os elementos da Medicina Interna que saíram foi por idade e/ou motivo de reforma? Não. Três eram médicos espanhóis pertencentes ao quadro do nosso hospital, com a especialidade feita no nosso País, bem aceites pelos restantes colegas, mas que por várias situações vividas, nomeadamente o excesso de carga horária no SU e após tentativas de negociação (de aspectos como horário e outros) sem sucesso com o CA do CHTMAD, EPE, não tiveram outra alternativa que não a exoneração. Estão os três a trabalhar aqui tão perto de nós, no Hospital de Verin (a escassos 20 km)...

Dos restantes colegas, alguns solicitaram há já vários meses e ao abrigo da lei, a meu ver por sobrecarga laboral, dispensa de efectuar serviço de urgência nocturno. Tarda agora o despacho por parte do CA do CHTMAD, EPE. Não tendo revelado capacidade de negociar com os outros elementos que saíram tem agora retido o acesso a um direito dos profissionais.

Neste âmbito de grave carência de médicos internistas não se compreende a não integração “no quadro” da Unidade Hospitalar de Chaves, (como determina uma nova lei emanada do Ministério da Saúde) das duas novas especialistas de Medicina Interna (também médicas de nacionalidade espanhola e que foram internas Complementares da nossa Instituição), as quais tiveram de recorrer a um advogado para tentarem resolver esta situação. Estas duas profissionais estão a ser sujeitas a um stress perfeitamente inadmissível, terão sido pressionadas para assinarem um contrato individual de trabalho com possibilidade de mobilidade dentro de todas as Instituições do CHTMAD, EPE. Estas duas colegas estiveram (e ainda estão) em algum risco de poderem deixar a Unidade Hospitalar de Chaves.

1.4. Consta igualmente do protocolo “2 médicos patologistas clínicos “(2007)

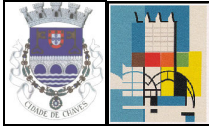
Em relação à Patologia Clínica houve uma redução de 50%.

1.5. Consta igualmente do protocolo “3 médicos radiologistas” (2007)

Em relação à Radiologia verificou-se uma perda de 66.7%.

Poderia em relação a estas duas últimas especialidades médicas mencionadas no ponto 1.4 e no ponto 1.5 (e em particular em relação à última) tecer várias considerações técnicas de como esta situação pode afectar de modo adverso a prestação de cuidados aos doentes (segurança e qualidade), nomeadamente a impossibilidade de realizar uma ecografia urgente em alguns períodos do dia (e até por vezes durante vários dias — fim de semana e outros), situação aliás, que por vezes ocorre em todo o CHTMAD, EPE, mas creio ultrapassar neste momento o âmbito deste documento. Fica aqui também o alerta para as autoridades a que também dou conhecimento desta intervenção.

Espero que V. Excias Senhores Deputados compreendam agora melhor a mágoa e a apreensão que sentidamente expressei recentemente quando li pela primeira vez o referido protocolo CMC — ARS Norte e o “grito de desespero” com que o colega Dr. Taveira classificou a minha apresentação pública na semana do aniversário da Unidade Hospitalar de Chaves, em que denunciei, embora nessa altura só sumariamente, o que se está a passar com a redução progressiva dos profissionais (incluindo todas as categorias profissionais) na Unidade Hospitalar de Chaves, sendo o único hospital de todo o CHTMAD, EPE que regista uma redução de profissionais entre 2007 a 2010 (aproximadamente de 10%).



As Unidades de Vila Real, Lamego e Régua registaram um aumento dos profissionais segundo os dados constantes nos Relatórios e Contas do CHTMAD, EPE 2007, 2008 e 2009.

2 - A - Avaliação do encerramento da Maternidade do Hospital de Chaves

O encerramento das Maternidades segundo critérios técnico-científicos foi um dos pilares da reforma do sistema de saúde, defendido pelo actual governo da Nação e que importa, volvidos quase três anos do encerramento da Maternidade do Hospital de Chaves, interpelar quem de direito sobre dados específicos no que concerne às nossas populações e ao Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE, de modo que se faça uma avaliação séria do resultado desta medida administrativa.

Alguns dos critérios igualmente elencados pelo Governo para a reestruturação ocorrida nesta área (fecho de maternidades) incluíam o baixo número de partos por ano em alguns locais, as dificuldades na composição de equipas específicas (existência permanente de pediatras com competência em Neonatologia e número de Obstetras existentes) e a elevada taxa de cesarianas que existiam em algumas maternidades (sendo a de Chaves um dos exemplos apontados em relação a estes diferentes critérios).

Nos últimos 5 anos (precedentes à anexação do nosso hospital no CHTMAD, EPE) o número de partos ocorridos na maternidade do Hospital de Chaves situava-se, em média, entre os 500 e os 600 partos/ano (reconhecida a sua área de influência — Chaves, Valpaços, Boticas e Montalegre; embora sem exclusividade isto com direito de opção do local de nascimento por parte da grávida).

Conhecendo-se que o Serviço de Obstetrícia do CHTMAD, EPE (localizado no H. São Pedro de Vila Real) possui registo informatizado do local de residência das parturientes, importa questionarmo-nos de modo formal:

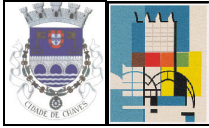
a) Quantos partos ocorreram na maternidade do Hospital de São Pedro em Vila Real, em 2008 e 2009, cujas grávidas pertenciam aos concelhos considerados como área de influência natural do Hospital de Chaves?

b) Importa conhecer ainda para além da Maternidade do CHTMAD, EPE, os outros locais aonde parte dos partos das mulheres do Alto -Tâmega estarão a ocorrer e quais as razões que poderão estar subjacentes a essa eventual situação. Isto é: quantos partos de mulheres do Alto -Tâmega se estão a dar em Hospitais e Clínicas do sector privado na área do grande Porto?

c) Qual é a taxa de cesarianas na nova maternidade do CHTMAD, EPE (localizada unicamente em Vila Real) nos anos de 2008 e 2009? Existirá uma diferença muito significativa no nível actualmente observado e o que ocorria na então maternidade do Hospital de Chaves?

d) Qual era a taxa de cesariana (valor médio) das mulheres grávidas da área de influência natural do H. São Pedro de Vila Real e do Hospital de Chaves (total e por sub - grupo de primigestas) anteriormente à anexação e qual foi a taxa nos anos subsequentes de 2008 e 2009?

No âmbito desta análise convém conhecer e adicionar ao número de cesarianas ocorridas na maternidade de Vila Real, referentes às mulheres do Alto -Tâmega **as que por “iniciativa própria” decidiram efectuá-las no Hospital da Arrábida, na Clipóvoa (...), dito de outro modo, por razões de segurança.** Tal decisão por parte destas mulheres parece explicar-se já que temendo a incerteza de poder ocorrer o parto numa ambulância, ficam condicionadas a optar por esta solução. É o tal sentimento de insegurança que sentem, do qual foi recentemente porta-voz a Exma. Deputada do PSD — Prof. Manuela Tender em intervenção nas I Jornadas Municipais do PSD — “A saúde no Concelho de Chaves”. Segundo a mesma deputada algumas grávidas “optam” por esta solução, dado que a cesariana electiva



efectuada em hospitais privados é por elas considerado *um mal menor* face à imprevisibilidade do parto e o temor do parto poder ocorrer numa ambulância.

e) Quantos partos se deram na ambulância (só com a presença dos “soldados da paz”) e até domiciliários, na nossa região, após a referida anexação?

Convém a este propósito referir a **definição de parto sem assistência** — aquele em que não está presente nenhum médico(a) e/ou enfermeiro (a). Neste âmbito e dado o maior risco de poderem ocorrer situações deste tipo, cremos que deveria existir pelo menos **um enfermeiro à chamada no Hospital de Chaves** para a transferência de mulheres em trabalho de parto, bem como outros doentes em estado crítico, enquanto não for encontrada outra solução. Creio que não é justo continuarmos a pagar salários tão escandalosamente elevados a tantos gestores de um elevado número de empresas públicas, incluindo até “uma majestática corte dos mais diferentes tipos de assessores” de Órgãos de Administração Central do Estado (denúncia reiterada por diferentes e insuspeitas personalidades, em crescente número e de diferentes quadrantes políticos) e parecer não haver orçamento do CHTMAD, EPE para pagar a um enfermeiro à chamada (prevenção) da Unidade Hospitalar de Chaves, para prestar tão nobre serviço.

Quanto à necessidade de justificar por números a necessidade de prevenção de um elemento de enfermagem para este tipo de transferências (mulheres grávidas e doentes em estado crítico) é compreensível, mas deve ser usado igual critério para justificar a presença de certos médicos especialistas e igualmente avaliar os custos das diferentes medidas.

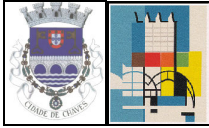
Por outro lado, um dos indicadores do estado de saúde muito valorizado nos relatórios internacionais e que serve de *benchmarking* é o da mortalidade infantil e muito em particular o da mortalidade neonatal. Portugal foi o país que mais melhorou (comparativamente aos restantes que compõem a OCDE) em relação a este indicador nos últimos 30 anos (antes da reformulação das maternidades), um triunfo do Serviço Nacional de Saúde enquanto Serviço Público. Mas tanto quanto julgo saber houve ligeira deterioração deste indicador, ao nível da região Centro e Sul do país, após a reestruturação ocorrida (fecho das maternidades).

f) Como explicar este efeito paradoxal, isto é: fecham-se maternidades de proximidade (invocando critérios de segurança — com fundamentação técnico-científica) e o principal indicador de qualidade — a taxa de mortalidade neonatal - parece sofrer deterioração na grande maioria do território nacional? O que não está a ser devidamente acautelado? Ou que é que terá corrido menos bem?

g) Importa ainda conhecer quantas maternidades privadas encerrou o Governo da Nação através do Ministério da Saúde por não cumprirem os tais critérios técnico-científicos que impôs à maternidade do Hospital de Chaves?

Em relação a este último propósito, cito o estudo efectuado pela Entidade Reguladora da Saúde entre 2006-2008 — **Caracterização dos Prestadores Não Públicos de Cuidados de Saúde com Centros de Nascimento (2º ciclo)**. Só 10 das 24 instituições caracterizadas é que cumpriam todos os critérios, **sendo um dos critérios a frequência mínima de três partos semanais... E mesmo assim 8 das 24 instituições não cumpriam este critério. Ou seja, o mesmo Estado que encerrou a Maternidade de Chaves – Serviço Público e que constituía a única alternativa disponível para as populações desta região, permite a ocorrência de menos 200 parto/ano em algumas maternidades do sector privado e do sector social.**

Ler as conclusões do referido estudo que esteve disponível no portal da ERS e ver “o carinho” e a bondade na análise dos resultados ao nível dos “privados” face à decapitação efectuada à maternidade pública do Hospital de Chaves é no mínimo ultrajante...



Creio que o Estado enquanto garante do direito do acesso à saúde não pode discriminar tão negativamente as regiões do interior, violando o princípio da subsidiariedade a que está sujeito por questões de ética e do próprio Direito, no esforço colectivo de coesão territorial e de desenvolvimento regional (e do interior mais pobre e desfavorecido) que todos enquanto Nação devíamos almejar concretizar, como objectivo estratégico nacional.

Se as dúvidas e os pressupostos acima tecidos forem passíveis, eventualmente, de ser objectivados de acordo com os pensamentos e dúvidas que pululam entre as populações, haveria uma legitimidade acrescida por parte das populações em encontrar outras soluções para esta situação que poderia passar por um acordo de carácter transitório, transfronteiriço com a Galiza (sobreponível ao efectuado entre Elvas e Badajoz) até ocorrer o fortalecimento do quadro de Pediatras do Hospital de Chaves (em caso de ser constituída a ULS do Alto -Tâmega) que se tem vindo a depauperar nos últimos anos e que são igualmente elementos importantes na problemática em análise.

Por tudo o que foi acima exposto é claro que o factor custo não é certamente o mais relevante na análise e avaliação das consequências após o encerramento da nossa Maternidade. Mesmo assim, interrogo-me: **terá havido efectivamente poupança por parte dos contribuintes nesta reforma na nossa região?** O custeio não pode ser feito de modo simplista. Teremos que entrar em linha de conta com os custos em transporte dos doentes, dos gastos acrescidos dos familiares nas visitas, bem como das participações por parte do Estado (via por exemplo subsistemas de saúde) às grávidas que puderam recorrer aos grandes operadores privados e/ou a Espanha. O Hospital de Verin não possui um elevado número de partos e não foi encerrado pelo Serviço de Saúde espanhol. Salienta-se ainda que a qualidade do Serviço de Saúde de Espanha (independentemente de variações regionais) foi reconhecido muito recentemente pelo Ministério de Saúde de Portugal, que adoptou o sistema de acreditação andaluz como o paradigma da qualidade e para ser adaptado ao Sistema Nacional de Saúde Português.

3 - Evolução dos restantes profissionais médicos e não médicos não mencionados no referido protocolo.

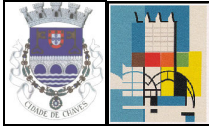
Só elencarei sumariamente este tópico, o qual poderia ser mais desenvolvido.

Início pela situação dramática em que se encontra o Serviço de Pediatria, cujo quadro médico chegou a possuir 8 elementos providos no quadro e que neste momento só possui 4 efectivos (**redução aproximada de 50%**) dado que possui mais um elemento em situação de contratação após reforma antecipada (este elemento à semelhança do que se passará com outros em idêntica situação, vai sair). Os elementos do Serviço de Pediatria, nos quais me incluo, já não conseguem dar uma cobertura ao Serviço de Urgência em regime de presença física ao longo de toda a semana. Infelizmente por motivos de saúde pessoal, vi-me obrigado recentemente a interromper toda a minha actividade profissional — pública e privada, o que determina uma sobrecarga para os meus colegas e amigos do Serviço, a qual me é particularmente penosa.

A Anestesia, a Cirurgia e a Pediatria são especialidades da linha da frente no SU e são talvez as que se encontram mais fragilizadas e vulneráveis.

Claro que poderemos analisar outras especialidades (pequenas perdas e/ou ganhos) e é obviamente o que o CA do CHTMAD, EPE fará a sua defesa, mas a realidade é o sentimento de tristeza e até sensação de abandono vivida por muitos profissionais e o sentimento de insegurança crescente sentida pelas nossas populações e a sua dificuldade no acesso a determinado tipo de cuidados.

Esse sentimento de insegurança e descontentamento vivenciado pelas populações e que tem sido sucessivamente denunciado nos últimos anos entre outros, pelo Exmo.



Senhor Deputado Municipal José Pimentel, quer nessa qualidade e de Vice-Presidente da Concelhia do PSD, quer mais recentemente na de Exmo. Coordenador da Comissão de Defesa do Hospital de Chaves. Aliás, o mesmo Deputado por várias vezes tem referido a perda dos diferentes serviços administrativos e de apoio (cozinha, central telefónica, lavandaria, serviços de aprovisionamento...) como sendo incalculável — na verdade “um autêntico desmantelamento do hospital de Chaves...” numa política de forte centralização de recursos na Unidade de S. Pedro em Vila Real. Não posso, contudo, também por respeito à verdade, referir o papel de alerta efectuado por várias vezes, pelo Exmo. Deputado Municipal Dr. Manuel Cunha da CDU, principalmente na legislatura anterior, referindo que esta situação actual em que se encontra a Unidade Hospitalar de Chaves seria a previsível, caso não fossem tomadas medidas que contrariassem esta evolução.

Aliás, convém recordar igualmente, que foi por várias vezes referido pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal José Pimentel a má qualidade da alimentação dada aos doentes internados, a qual é fornecida por uma empresa externa e que vem do H. S. Pedro de Vila Real (sendo posteriormente aquecida). Sinceramente, tenho que admitir que considerava esta última apreciação um excesso, mas hoje e depois de ter tido, infelizmente, o meu pai internado por várias vezes no CHTMAD, EPE durante este ano e por períodos prolongados, pude constatar que tal avaliação é exacta assumindo alguma regularidade.

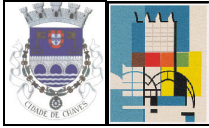
Num país democrático e com prática de prestar contas aos cidadãos, teria de se explicar quanto se gastava com a manutenção da cozinha do então Hospital Distrital de Chaves (e os respectivos postos de trabalho) e o que se gasta agora. Creio sinceramente que, feitas bem as contas, (incluindo a perda de postos de trabalho e os custos económicos e sociais daí resultantes) tenho alguma reserva que esta política de economia de escala seja assim tão eficiente e diminua o desperdício. Ao que se acrescenta a deterioração do serviço prestado — a alimentação — aos doentes.

Igualmente os nossos doentes continuam internados em enfermarias sem ar condicionado e possuímos frequentemente doentes internados nos corredores do Serviço de Observações - OBS sem o mínimo de privacidade e dignidade.

Os que aqui trabalhamos e vemos os nossos familiares, amigos e utentes nestas condições sentimo-nos insultados quando renovaram a frota de automóveis do CA do CHTMAD, EPE e quando constatamos o que é gasto em Imagem e Marketing. Diz-se que o CHTMAD, EPE está com boa saúde financeira; diríamos que à custa de falta de investimentos prioritários que já deveriam ter sido feitos na nossa Unidade Hospitalar e à custa do desmantelamento do hospital.

O objectivo principal da minha exposição é no sentido de salvaguardar o direito das populações do Alto -Tâmega e Barroso ao acesso, à prestação de Cuidados de Saúde em equidade, segurança e qualidade o que, no caso presente, implica a meu ver, uma melhoria e um esforço suplementar por parte da Tutela.

A perda completa de autonomia da nossa Unidade Hospitalar implicou a total incapacidade de repor os quadros e o desenho traçado pelo anterior governo para a Unidade Hospitalar de Chaves consistia, a meu ver, na sua desqualificação (a qual está a ser implementada de modo rápido e sem grande oposição pelo anterior e actual CA do CHTMAD, EPE, cujo núcleo decisório essencial é basicamente o mesmo), o que a torna não atractiva para qualquer profissional de saúde das diferentes áreas, mas muito especialmente para os jovens médicos. Esta situação não acontecia antes de ter ocorrido a integração e paradoxalmente o nosso Hospital estava a viver um dos seus melhores momentos, no período que imediatamente antecedeu a sua integração no CHTMAD, EPE.



A Comissão de Defesa do Hospital teve várias vicissitudes e não vou pronunciar-me sobre elas, limito-me a dizer que me conduzi sempre por princípios e valores éticos e que sempre procurei sensibilizar e alertar os elementos que a integravam para a necessidade de alterar o rumo do nosso hospital.

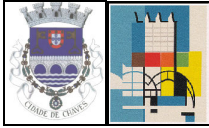
Não faço ainda parte daqueles que dizem que estamos perante uma Unidade Hospitalar de Chaves sem futuro ou, segundo as palavras de alguns, perante uma Unidade hospitalar de Chaves já morta.

É minha convicção pessoal e política que o Sr. Presidente da CMC tem a responsabilidade moral, legal e política de pugnar pela criação de uma Unidade Local de Saúde tendo já por várias vezes exprimido ser esse o seu desejo, responsabilidade essa igualmente partilhada pela Comissão Política do PSD que fez aprovar em Março deste ano e nesta Assembleia uma moção no sentido de ser solicitada a desanexação do nosso hospital do CHTMAD, EPE e a respectiva criação da ULS do Alto -Tâmega e Barroso. Congratulo-me naturalmente com as recentes notícias, as acções e movimentos já iniciados em prol da criação da referida ULS.

Exmos. Senhores Deputados Municipais e cidadãos flavienses para finalizar e após tudo o exposto creio que já não há mais tempo para contemporizar com aqueles, leia-se CA do CHTMAD, EPE e outros, que deliberadamente e sem pudor praticam uma política de esvaziamento de recursos públicos no interior do país, agravando as desigualdades e assimetrias regionais existentes, desrespeitaram e “requalificaram” insultuosamente as instituições como o Hospital de Chaves que com brilho servia o país e as suas populações e maltratam deste modo “as gentes” da nossa terra.

Este é o espírito combativo que me anima e apelo ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara que lidere e agregue todos os cidadãos numa luta ordeira, mas justa pela criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, se este é efectivamente o seu desiderato, a qual se vier a ser constituída terá que ser dotada de meios financeiros necessários e autonomia que lhe permita repor os recursos técnicos e humanos (que possuía à data da anexação) necessários a uma prestação de cuidados de saúde integrados e de excelência, como era timbre desta Unidade Hospitalar e é a meta — a tão propalada marca SNS — do actual Governo da Nação. Esta Unidade Local de Saúde deve ter autonomia de modo a articular-se com as restantes Unidades de Saúde do sector privado e do sector social existente na região, com possibilidade de executar parcerias que lhe permitam evoluir no sentido do Ensino e Formação (articulação com os projectos autárquicos que visam o licenciamento e início da Escola Superior de Saúde) e acordos transfronteiriços na área da Saúde no âmbito da Eurocidade Chaves -Verin dada a sua maior proximidade geográfica e até histórico-cultural (e segundo alguns até antropológica). Estes acordos de cooperação no âmbito da Saúde e da Eurocidade poderão passar por desafios tão ambiciosos mas concretizáveis (a seu tempo) como a criação de um banco de tecidos na nossa região. Não devemos aceitar uma ULS a baixo custo e sem projectos, em que o doente fica sem liberdade de escolha e aprisionado dentro exclusivamente do SNS (Hospital de Chaves e Centros de Saúde actualmente muito depauperados), sem um financiamento capaz (em que a capitação não atenda generosamente ao factor idade, pobreza e co-morbilidade acrescida, associada a estas duas realidades sócio - demográficas e à necessidade de reposição dos recursos técnicos humanos), pois tal situação a ocorrer seria ainda mais penalizante para a nossa região.

Partilho e defendo a ideia que recentemente juntou na Fundação Calouste Gulbenkian, no dia 2 de Junho, várias individualidades nomeadamente sua Excia a Ministra da Saúde - Dra. Ana Jorge, a qual defendeu que não deve existir tensão dialéctica entre a sustentabilidade do SNS e a Segurança dos Cuidados de Saúde.



Infelizmente, contudo, isto não é exactamente o que se está a passar a meu ver, e pelos factos atrás expostos, na Unidade Hospitalar de Chaves. Parece que se quer poupar à custa da segurança dos doentes. Os profissionais de saúde da Unidade Hospitalar de Chaves estão a ser sujeitos a uma carga horária demasiado elevada que, forçosamente, põe em causa a sua segurança profissional e a dos utentes pelos numerosos estudos internacionais que o atestam. A solução não é a meu ver, e mais uma vez, o fecho e desqualificação de um serviço público - neste caso o da urgência médico-cirúrgica do Hospital de Chaves - mas antes a reparação da injustiça praticada, permitindo a criação de uma nova ULS, certo de que temos gente capaz de lutar pelo nosso hospital, mesmo num quadro de forte contenção orçamental e de podermos progressivamente inverter esta situação se não houver uma atitude penalizante e persecutória à *posteriori*, mas de diálogo e responsabilidade construtiva dessa nova realidade.

A situação é de facto, na minha opinião, muito grave e obviamente que poderão existir outras alternativas, mas creio com esta comunicação/exposição ter cumprido o meu dever enquanto deputado municipal, lugar para o qual o povo me elegeu para o defender ... e creio que ainda vale a pena reclamar e apelar, mas estou certo que só a União e a perseverança fará a Força...

O Hospital de Chaves e a efectivação do Direito Constitucional à Prestação de Cuidados de Saúde em Equidade, Segurança, Qualidade e Sustentabilidade por parte das Populações do Alto Tâmega precisa do empenho de todos.

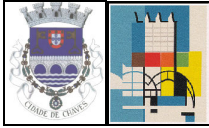
DEPUTADO FRANCISCO PINTO DE BARROS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que, em seu entender, a intervenção anterior ultrapassou o tempo destinado ao PSD, no “Período Antes da Ordem do Dia” mas que, pela importância do tema o PS não interrompeu nem fez qualquer referência. Só pediu para a mesa contabilizar o tempo. Disse ainda que o PS estará sempre disponível para discutir este tema, tanto mais que os dois modelos em confronto, concretamente o Centro Hospitalar e a ULS fazem parte do Programa do Governo PS.

Disse ainda que nas discussões que houve relativamente a esta matéria esteve presente a Dra. Paula Barros, sempre que para isso foi convocada.

“Em 30 de Junho de 2010, na qualidade de líder do Grupo Municipal do Partido Socialista entreguei na Mesa da Assembleia Municipal um requerimento onde peticionava os níveis de execução dos protocolos com as Juntas de Freguesia. Em 3 de Agosto fiz novo pedido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, onde solicitava a resposta do citado requerimento, por parte do Senhor Presidente da Câmara. Pela mesma via pedi informação dos níveis de execução dos protocolos com as diferentes Instituições do Concelho, discriminação dos subsídios, atribuições e ainda informação sobre critérios de celebração dos protocolos e ou atribuição destes mesmos subsídios.

Cabe aqui dizer que numa conversa muito rápida com o Senhor Presidente um destes aspectos foi esclarecido. Este requerimento é feito porque desde há uns tempos a esta parte tem havido alguns Presidentes de Junta que apresentam algumas queixas sobre o incumprimento dos Protocolos. Já me foi entregue uma resposta sobre esta matéria, mas é uma resposta global que não nos permite saber se são os Senhores Presidentes de Junta que têm razão ou se é a Câmara. Para esclarecimento solicito ao Senhor Presidente da Câmara para discriminar os valores protocolados e o seu cumprimento”.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – usou da palavra para dizer que em relação à intervenção do Senhor deputado Jorge França supõe que o essencial que ele transmitiu corresponde, na realidade, a preocupações sérias com o que se tem passado com a Unidade Hospitalar de Chaves.



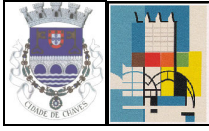
Aflorou a questão, mas nada do que se está a passar em Chaves é diferente das políticas nacionais de saúde implementadas pelos últimos governos do PSD, ao criar as S.A e pelo actual governo do Eng.º Sócrates que passou as S.A a EPES e criou os Centros Hospitalares.

Tal como a CDU tinha alertado aquando da integração, a capitulação feita pelos Grupos Municipais do Partido Socialista e do PSD, aceitando, numa altura em que ainda podiam, politicamente, resistir à integração, foi uma opção errada. Até agora é um facto inequívoco que a prestação de cuidados de saúde na Unidade Hospitalar de Chaves tem vindo a sofrer um esvaziamento. É um facto ainda mais inequívoco que funcionalmente o Hospital de Chaves está esvaziado em termos de estrutura de poder – ouve uma desarticulação completa – que não foi só da parte do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes; todos os Centros Hospitalares têm tido esta evolução. A situação que o Senhor deputado Jorge França anunciou sobre a diminuição do número de enfermeiros de serviço, a pressão para os que vão acompanhar doentes transferidos para o Porto, que não são chamados especificamente para esse fim, mas são reduzidos aos quadros dos enfermeiros em serviço, são políticas nacionais sobre a gestão dos enfermeiros que não são apenas do Centro Hospitalar. São práticas erradas que não são exclusivo do Centro Hospitalar, nem especificamente uma perseguição ao Hospital de Chaves. Se não entendermos isto, confundimos tudo com bairrismo, mas isto não é bairrismo. São políticas nacionais de saúde erradas, que depois na Unidade de Chaves nos tocam e por isso contestamos.

Temos de ter a lucidez para entender que não é uma estratégia maléfica só do Centro Hospitalar – são orientações nacionais. Alguém acredita nos modelos de gestão de uma empresa que depois de criado um Centro Hospitalar a comida era para concentrar em Vila Real, as telefonistas eram para concentrar em Vila Real, mas foi isto que a CDU alertou. É evidente que quando se centraliza uma estrutura numa só empresa é para, no raciocínio de quem faz as medidas, racionalizar os custos e os custos são racionalizados assim. Mas essas são as orientações políticas que o PSD e o Partido Socialista defendem para as empresas. E agora querem que esses princípios não sejam aplicados?

Mais grave do que isso é que houve promessas do Ministério da Saúde e da Administração do CHTMAD que a criação de um Centro Hospitalar ia ter benefícios evidentes, em termos de prestação de cuidados de saúde, às populações servidas pelo Hospital de Chaves e, no essencial, não estão concretizadas. O que nós queríamos era a melhoria da prestação de cuidados, que não foram feitas. Os Senhores Presidentes de Câmara reuniram com a Senhora Ministra da Saúde que lhes prometeu que seria implementada uma Unidade de Reabilitação de Fisioterapia para doentes com AVC e doentes ortopédicos, com doenças reumatologias. Isso será óptimo, mas o problema é que isto não passa de promessas. Passaram-se sete meses e nós não conhecemos nenhum avanço na concretização destas promessas e é nesta política que temos de insistir.

Onde eu mantenho a divergência - disse-o antes e mantenho – é que a pressão política tem de ser firme sobre o Ministério da Saúde e sobre o Centro Hospitalar e sua Administração, no sentido de que é necessário cumprir as promessas e as responsabilidades do Ministério da Saúde e reforçar o Hospital de Chaves. Neste momento, de crise económica e de desarticulação interna do Hospital, avançar com uma Unidade Local de Saúde, com contornos de articulação que não estão previstos na lei, com entidades privadas etc. poder ser um passo perigoso. Avançar para esta situação sem ter as verbas asseguradas pode tornar-se muito grave. Eu quero acreditar que ainda é possível viabilizar o Hospital de Chaves, mas falta muito pouco tempo para que o Ministério da Saúde e a Administração do Centro Hospitalar



concretizem, na prática, a forma de viabilizar o Hospital de Chaves. É essa a pressão constante e séria que, como políticos, temos de fazer sobre estas duas entidades.

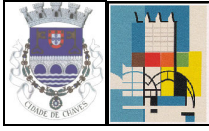
DEPUTADA BRIGITE BAZENGA GONÇALVES do PS – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se ao Complexo Empresarial cuja construção teve início no ano de 2002.

“É uma área de 800 hectares onde se iriam articular três valências. O Parque de Actividades, o Mercado Abastecedor e a Plataforma Logística. Propalou-se, na altura, um esforço de investimento na ordem dos quinze milhões de euros, que se traduziria no maior empreendimento do Município e numa estrutura fundamental para o futuro próximo de Chaves e da Região do Alto Tâmega. Assumiu-se que tal empreendimento se situaria a poucos quilómetros da cidade, beneficiaria de uma localização privilegiada, face às novas acessibilidades regionais e transfronteiriças, revelando-se uma zona de excelência, para os empresários que tivessem por objectivo os mercados do norte do país e da Galiza. Em 2006 ficava concluída a Plataforma Logística e o mesmo responsável autárquico garantia, em Janeiro desse ano, que a avaliar pelo número de empresas e grupos que já tinham manifestado interesse em se instalar neste local, tudo levava a crer que poderia estar ocupado a cem por cento na data da sua abertura, agregando uma série de serviços; parque logístico multifuncional; centro de transportes de mercadorias; centro de transferência modal/porto seco; zona de serviços de apoio e parque de estacionamento para ligeiros e pesados. Este empreendimento foi efectivamente inaugurado em Julho de 2006, tendo merecido do Governo um especial reconhecimento, dado que foi integrado na rede nacional de Plataformas Logísticas, incluído na classe referente às Plataformas Logísticas Transfronteiriças, às quais são legalmente atribuídas vocações especiais. Estas Plataformas Transfronteiriças visam dinamizar a economia local, atraindo investimentos industriais e têm por objectivo maximizar o fluxo comercial com o exterior.

Em 2008, tendo sido concluído pelo governo o regime jurídico da rede nacional de Plataformas Logísticas, através do Decreto-Lei 152/08, depois de confrontado politicamente com a aparente inactividade desta estrutura, foi sempre posição do Senhor Presidente da Câmara, que o grande entrave para os múltiplos investidores já contactados, era a falta da conclusão do Nó de acesso da A24 ao referido parque, olvidando que na sua arguta visão estratégica, se tinha esquecido deste pormenor, aquando da deslocalização desta infra-estrutura para a zona do campo queimado, relativamente à localização previamente prevista. Constata-se à data de hoje, depois de quase cinco anos, que o Governo concluiu todas as acessibilidades rodoviárias, incluindo o referido Nó, que não estava previsto, mas que foi contemplado pela CCDRN.

Neste processo de investimento incumbia ao estado a criação e conclusão de todos os elementos que fossem facilitadores do projecto e isso aconteceu. À Autarquia e à entidade Gestora e Administradora desta estrutura incumbiria todo um trabalho dinamizador que urgia fosse impulsionado. Constata-se e usando as palavras de uma jornalista da região, que é um espaço de portas fechadas sem qualquer actividade, onde apenas crescem silvas e ervas daninhas. Preocupa-nos e estamos certos que ao Senhor Presidente da Câmara também desagrade esta situação.

Durante todos estes anos a população flaviense em geral e os produtores locais em particular, têm confiado na capacidade do Senhor Presidente da Câmara para captar para esta estrutura novos projectos empresariais, mas tal não se tem verificado. Neste Verão o Administrador responsável, em declarações públicas na imprensa regional, garante estarem a ser focalizados esforços para dinamização do espaço e que havia negociações com um grande operador de logística. Pedimos



esclarecimento sobre o porquê de só agora se focalizarem atenções especiais no sentido de o dinamizar e se as negociações já produziram resultado.

Sendo um espaço especialmente vocacionado para a economia local e escoamento dos respectivos produtos, que estratégias comerciais já se estabeleceram com os produtores locais? Acredita que este espaço está a corresponder às expectativas criadas com o investimento público ali realizado? Em caso afirmativo, baseado em que indícios?

Este projecto veio à luz há já alguns anos e dirá, eventualmente, que a crise económica e financeira internacional retrai os investidores, sendo certo que esta é uma evidência para todos, mas nestas circunstâncias são os que gozam de melhor capacidade de criatividade e de atractividade que levam a melhor. Mesmo em tempos de crise sabemos que há vários exemplos de indústrias de diversas tipologias a fixarem-se no interior norte e no Alto Tâmega. Em Chaves falta visão estratégica, empreendedorismo e iniciativa.

DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – cumprimentou os presentes e disse que não ficaria de bem com a sua consciência se não disse algo sobre a problemática da saúde no concelho.

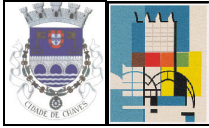
“Ao arrepio de decisões internas do PS assumo que sempre fui favorável à criação de um Hospital Central, ao nível de Trás-os-Montes. Quando me foi explicado o projecto da integração da Unidade Hospitalar de Chaves nesse Centro, disseram-me que era importante, necessário, que formava massa crítica e que, só com ele, é que seria possível a criação do Hospital Central em Trás-os-Montes e Alto Douro. Garantiram-me uma série de benefícios que me convenceram. Sempre quis acreditar que seria muito melhor ter um Hospital Central com todas as valências – consultas externas e urgência – a funcionar correctamente, do que termos de nos deslocar ao Porto.

O PS de Chaves foi sempre favorável à criação da Unidade Local de Saúde, inclusive houve autarcas que puseram o seu lugar à disposição se essa Unidade Local de Saúde não fosse criada. Efectivamente o Governo acabou por optar em não criar a Unidade Local de Saúde e criar o Hospitalar Central e na minha opinião alguém capitulou porque também se deixou convencer e não posso reprová-lo porque eu próprio me deixei convencer.

Se me perguntarem se estou satisfeito com o serviço que é prestado pela Urgência do nosso Hospital eu digo que não; eu não estou satisfeito. Se me perguntarem se a melhor opção é sairmos fora do CHTMAD e criarmos a Unidade Local de Saúde, num momento de constrangimento financeiro e de carência de quadros técnicos eu digo que não. O que eu entendo que temos de fazer, em uníssono, é pressionar a Comissão Administrativa do Centro Hospitalar no sentido de fazer funcionar correctamente a urgência do Hospital de Chaves, colocando médicos, enfermeiros e melhorando as instalações. É isso que temos de exigir. Creio que neste momento a pior loucura que poderíamos fazer seria saltar fora do sistema em que estamos inseridos e criar uma Unidade Local de Saúde.

DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida usou da palavra para dar conhecimento do documento elaborado na reunião da Comissão de Defesa do Hospital realizada no dia 19 de Julho de 2010, no salão Nobre da Câmara Municipal, que leu na íntegra, dando conhecimento à Assembleia das presenças e de tudo o que nessa reunião foi discutido e as posições que foram tomadas, relativamente à actual situação de esvaziamento da unidade Hospitalar de Chaves.

Depois de terminar a leitura do documento perguntou aos Senhores deputados presentes o que achavam da Comissão e qual seria a sua actuação em termos de futuro. Disse que achava correcto que os Autarcas do Alto Tâmega assumissem a defesa do Hospital de Chaves, que já o deviam ter feito há mais tempo e que todos



os cidadãos que estão disponíveis e de boa fé na defesa do hospital, devem colocar-se à disposição de quem vai liderar o processo.

DEPUTADA PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida esclareceu o seguinte:

“A Comissão de Acompanhamento das questões da Saúde em Chaves, tendo sido reconstituída neste mandato da Assembleia Municipal de Chaves, tem um histórico muito mais longo. Desse histórico eu e o Senhor deputado Manuel Cunha, fizemos parte desde o início.

Aquilo que aqui foi trazido como informação supostamente resultante das reuniões realizadas pela Comissão, não passou de um relatório, numa tentativa de acta, de uma dessas reuniões – a primeira reunião alargada desta Comissão. Antes desta foram realizadas quatro reuniões, com os elementos eleitos neste Fórum; esta primeira reunião alargada, por motivos que desconheço, implicou a presença de alguém que respeito e que elaborou um documento – supostamente a tentativa de uma acta. Esse documento aqui hoje lido, já tinha sido lido na segunda reunião desta Comissão alargada, onde também esteve presente o Senhor Presidente da Câmara. Aí foi perguntado aos elementos presentes, que tinham estado na reunião anterior, se aprovavam este documento, mas foi rejeitado.

Sendo um documento que procurava dar eco a afirmações que tinham sido feitas pelos diferentes elementos e com as quais os próprios elementos citados manifestaram não estar de acordo, sem que fossem introduzidas as alterações por todos acordadas, ficou combinado que fosse remetido a cada um dos elementos da Comissão, que aportariam as alterações preconizadas para depois ser apresentado numa reunião posterior e devidamente aprovado.

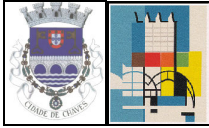
O Partido Socialista entrou neste processo como procura entrar em todos, mas neste em particular, com seriedade. Clivagens ideológicas podemos tê-las, mas a defesa do interesse das populações tem de estar acima de todas essas clivagens e com isso a verdade e a seriedade. Esta é a verdade daquilo que se passou e não posso admitir que o trabalho levado a efeito por uma Comissão, em diversas reuniões, tenha tentado aqui ser subtraído a um conjunto de palavras que não foram aprovadas por parte dos elementos que estiveram presentes nessa reunião.

Isso é falta de seriedade e a postura de quem, em vez de querer zelar pelos interesses dos flavienses, está a querer fazer politiquice à custa da saúde e com isso o PS não pactuará. Continuaremos abertos, como temos estado desde o início e disponíveis para discutir qualquer modelo que seja, desde que corresponda à melhor solução para as questões da saúde para os Flavienses em particular e para o Alto Tâmega em geral”.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse: “o Senhor deputado Pimentel Sarmento não está autorizado a mentir sobre mim. Disse e repetiu e eu daqui disse-lhe que estava enganado, quando afirmou que eu só fui a uma reunião. A verdade é exactamente ao contrário. Eu só faltei a uma reunião das cinco que foram realizadas.

Entendo que a opção de ler uma acta de apenas uma reunião, quando houve cinco, não foi um bom serviço prestado ao funcionamento da Comissão. O Senhor deputado José Pimentel deixou uma questão importante; na quinta reunião, onde esteve presente o Senhor Presidente da Câmara foi colocada a possibilidade de alguma cessação de actividade da Comissão de Defesa do Hospital.

Esta observação faz sentido porque o Senhor Presidente da Câmara propôs que fossem os Presidentes das Câmaras do Alto Tâmega a assumir o processo, mas é bom que fique claro que a Comissão foi eleita em Assembleia Municipal e pergunto que é que este Órgão pensa das funções da Comissão.



O Senhor deputado Pimentel sugeriu que seja feita uma manifestação pela defesa do Hospital. A CDU dá todo o apoio a uma manifestação para esse efeito. Se o objectivo é procurar a pressão das populações no sentido do correcto funcionamento do Hospital, estamos de alma e coração com esse projecto.

DEPUTADO JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS do PSD – disse ter entendido claramente o que a Senhora deputado Paula Barros disse na sua intervenção e que partilha, na totalidade, tudo o que foi dito e explicou porquê.

“ Eu próprio também não recebi esta proposta de acta que resultou dessa reunião da Comissão de Defesa, não a li, não a aprovei e apercebi-me de algumas imprecisões, mesmo no que se refere à minha pessoa. Não estive presente na reunião havida posteriormente, onde estive o Senhor Presidente da Câmara e quero com isto dizer que, relativamente a este “incidente”, não estou minimamente implicado. Estou a prestar este esclarecimento por uma questão de honra.

Eu utilizo a via administrativa e o documento que hoje enviei para as mais altas autoridades do Estado, foi feito dentro da lei e com elevado sentido de dever, de responsabilidade e ética legal.

Neste momento estou confiante que o Senhor Presidente da Câmara, bem como o Senhor deputado da Nação – António Cabeleira - estão a pugnar, de um modo sério, a nível superior, para que se possa melhorar o que se passa com o Hospital de Chaves.

Tal como o Senhor deputado José Pimentel e outros membros desta Assembleia, também partilho de que poderá haver necessidade de partir para a manifestação, dentro dos quadros legais, de forma a pressionar junto dos órgãos de comunicação social e dos órgãos de decisão política, para melhorar o nosso Hospital.

Relativamente à intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha a lei permite que uma Unidade Local de Saúde se possa articular com o sector privado e com o sector social. O Senhor deputado quis dizer que a política do PSD e a do PS era exactamente igual e eu entendi o seu ponto de vista. No entanto acredito que é possível privatizar um pouco os serviços de saúde numa outra óptica. É necessário, antes de mais, estudar e conhecer vários sistemas de saúde, como eu o fiz neste último ano e com muito esforço”.

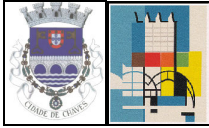
DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – usou novamente da palavra e corrigiu que o Senhor deputado Manuel Cunha esteve em três reuniões da Comissão. Não esteve na de 19 de Julho e não se fez representar.

“A Senhora deputada Paula Barros também não esteve na reunião realizada no dia 23 de Agosto. A acta a que aludiu foi lida na presença de todos os elementos das Assembleias Municipais do Alto Tâmega que estiveram presentes e do Senhor Presidente da Câmara. É certo que a Senhora deputada Paula Barros e um outro representante da AM de Vila Pouca quiseram fazer algumas correcções”.

DEPUTADO VALDEMAR CARNEIRO do CDS/PP – disse lamentar que há cinco anos que o problema do Hospital de Chaves é debatido nesta Assembleia Municipal e até hoje ainda não se viram resultados. O PS e o PSD estão mais empenhados a discutirem problemas partidários do que defenderem os problemas da população.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA depois de cumprimentar os presentes passou a responder às questões que foram colocadas neste período “Antes da Ordem do Dia”. Antes, porém, retirou uma informação que foi distribuída: Estava prevista a realização de uma reunião hoje às 12 horas entre o Município de Chaves e a Empresa “Águas de Portugal” que não se realizou porque os representantes da Empresa não compareceram. Aguardo pela Assembleia - Geral das Águas de Trás-os-Montes, marcada para o próximo dia 15, para ali colocar a questão.

Havia a perspectiva de as Águas de Trás-os-Montes assumirem a totalidade do sistema desde 2008, mas isso não aconteceu. Esse facto alterou todos os



pressupostos do acordo oportunamente efectuado entre o Município de Chaves e a Empresa e dá-nos o direito de rever a situação em causa; as Águas de Trás-os-Montes têm conhecimento disso desde o início de 2010 e foram adiando, sucessivamente, as reuniões marcadas, por não terem capacidade de decisão sobre a questão. Entretanto foram marcadas duas reuniões com o grupo “Águas de Portugal”, que não se realizaram. A Câmara Municipal de Chaves, no contexto do AltoTâmega, é única autarquia a utilizar o sistema mas não vai poder continuar a fazê-lo nas actuais circunstâncias. O contrato – programa é igual para todos os Municípios e não está ser igualmente respeitado. Darei conhecimento a esta Assembleia Municipal de tudo o que a partir de agora for tratado sobre esta matéria.

- O Senhor deputado **Manuel Cunha** falou sobre o *aniversário do Centenário da República*. O Município de Chaves tem participado em diversas actividades ligadas às comemorações do Centenário de Implantação da República, que culminarão no próximo dia 5 com o hastear da bandeira, nos Paços do Concelho, às 10,30 horas (hora única nacional). Às 11 horas haverá a abertura da exposição “Chaves e a República” e às 12 horas será inaugurado o Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade que é, do meu ponto de vista, a melhor forma de comemarmos essa efeméride, fazendo jus ao seu objectivo: ter um povo cada vez mais culto para se desenvolver e prosperar.

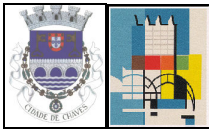
Consideramos que o Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade é um passo importante na formação das nossas crianças e jovens e será uma forma, muito substantiva de comemorar o Centenário da República. A DREN comunicou à Câmara Municipal que estará presente um membro do Governo na inauguração do Centro Escolar.

- Ouvi atentamente tudo o que foi dito sobre o Hospital de Chaves. Partilho as preocupações do Senhor deputado **Jorge França** cujo conteúdo factual da sua intervenção está em consonância com o conteúdo da petição pública que está a circular.

Ao Senhor deputado **Manuel Cunha** devo dizer-lhe que uma coisa é o bairrismo e outra são os factos e nunca podemos confundir uma coisa com a outra. Às vezes até pode parecer a mesma coisa mas não o é. Neste caso há factos claros que provam que os Flavienses não lutam por bairrismo. O pedido da Unidade Local de Saúde é claro e não traduz, à partida, qualquer tipo de intenção que não seja criar esta Unidade tal como a lei prevê. O País não pode esquecer e muito menos esta Assembleia, que existem várias Unidades Locais de Saúde a funcionar. Existe uma ULS considerada exemplar em Matosinhos; foram criadas também no Norte Alentejo e Alentejo Central, no Alto Minho, e outras em municípios de características semelhantes ao nosso – Guarda e Castelo Branco. Não estamos a pedir nada de novo.

Numa altura de crise e de acordo com as palavras da Senhora Ministra, são exactamente as Unidades Locais de Saúde que, sob o ponto de vista económico, são as mais sustentáveis. Quando se referiu às Unidades criadas mais recentemente, perante mim e os restantes autarcas do Alto Tâmega, a sua expressão foi esta: «do ponto de vista económico têm resultados positivos, iremos analisar do ponto de vista funcional esses mesmos resultados». Ao contrário das EPE's, criadas para baixar artificialmente o défice do País, uma Unidade Local de Saúde tem os mesmos direitos e é mais sustentável.

É importante que todos tenhamos memória dos factos e não branquear situações como aqui foi feito nalgumas intervenções. Disse-se que determinados políticos puseram o lugar à disposição por causa da Unidade Local de Saúde o que é redondamente falso. Nunca isso aconteceu. Aconteceu sim, por causa da Urgência Médico – Cirúrgica. A primeira vez que esta Assembleia Municipal aprovou um



documento a falar de uma Unidade Local de Saúde não foi em 2007, mas sim em 28 de Junho de 2006, como pode ser comprovado pela leitura da acta deste Órgão. Nessa data, por iniciativa do PSD, e da Câmara Municipal, foi apresentada e votada, nesta Assembleia Municipal, uma “Moção” pedindo a criação da Unidade Local de Saúde. Isto porque estava prevista a integração e nós não a queríamos. No final de 2006 foi feita a integração e logo a seguir, em Janeiro de 2007, surge a proposta de Reorganização das Urgências, onde Chaves aparece como uma Urgência Básica. Foi a partir deste facto que começou a contestação, culminando com a manifestação em Fevereiro de 2007, a pedir a Urgência Médico Cirúrgica.

O Protocolo que aqui se diz ter sido causa da integração, foi assinado a 27 de Março de 2007. Um facto posterior nunca poderá ser a cauda de um facto anterior, porque isso seria negar a história e a realidade.

Tenho hoje a convicção absoluta que só há Urgência Médico Cirúrgica em Chaves porque foi assinado o Protocolo. Não vale a pena pela distorcer a realidade e cada um deve assumir as suas responsabilidades. A Manifestação de Fevereiro de 2007 teve resultado positivo porque foi a própria sociedade que aderiu e se manifestou publicamente. Disse oportunamente aqui que não discutia o modelo, o que queria é que a população fosse bem servida, mas hoje duvido do modelo actual, e como tal temos a obrigação de procurar um outro.

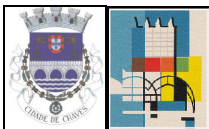
Como é que nesta Assembleia Municipal se põe em causa o cumprimento exacto de uma deliberação aqui tomada? Tenho aqui a acta da sessão do passado dia 28 de Abril, onde foi aprovado um conjunto de situações relativas à Unidade Hospitalar de Chaves, incluindo uma petição que neste momento já tem milhares de assinaturas on line e em papel, que irei apresentar na Assembleia da República no próximo mês de Outubro. A nossa intenção é alertar o País e alargar a discussão aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República. Compreendo a preocupação de alguns dos Senhores deputados porque perante esta situação vão ter de decidir se são a favor ou contra e a sua posição será julgada futuramente, em função do que é melhor para as populações do Alto Tâmega. Eu sou inequivocamente a favor e todos conhecem a minha posição.

A Assembleia da República também pode decidir que não quer uma Unidade Local de Saúde em Chaves e optar por deixar tudo conforme está. Se isso acontecer temos o direito de exigir o número de médicos que havia no Hospital de Chaves à data e que, efectivamente, hoje não existe. Se discutirmos o assunto só aqui na Assembleia não vamos a lado nenhum. É necessário discuti-lo publicamente, para além deste Fórum, sem colocar de lado qualquer possibilidade. Já provámos que somos capazes de reivindicar aquilo que é necessário e continuaremos a fazê-lo, mas queremos que a Assembleia da República, como Órgão máximo da democracia, decida e diga o que realmente quer para a Saúde neste País. Tudo isto vem no contexto da defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde que eu também defendo. Sou defensor do Ensino Público, da Saúde Pública e entendo isso como absolutamente necessário.

O Serviço Nacional de Saúde tem obrigação de apoiar e dar meios a uma Unidade Local de Saúde, como a um Centro Hospitalar, como a uma Unidade Hospitalar, proporcionando um Serviço de Saúde de qualidade às populações.

- A Senhora deputada **Brigite Raquel**, referiu-se ao Parque de Actividades e ao Nó de Outeiro Seco dizendo que era preciso inovação, imaginação etc. e fez uma intervenção tão inovadora que disse exactamente o que um jornal publicou há alguns meses.

Em termos políticos poderia comparar esta situação com o TGV mas não o faço. O Partido Socialista Local devia ter algum cuidado quando vem aqui falar no Nó de Outeiro Seco.



Também o Senhor deputado Manuel Cunha referiu os últimos governos do PSD e do PS, mas a verdade é que o PSD já não é Governo, praticamente, desde o século passado. É que dos últimos quinze anos doze são da responsabilidade do Partido Socialista.

Em 2004 tivemos a visita de um Secretário de Estado que disse publicamente que o Governo subsidiaria o Nó de Outeiro Seco. Em 2005 – ano de eleições autárquicas – o Partido Socialista Local, usou a sua influência para que apenas fosse aprovada a metade da verba necessária. Ou seja de um milhão e quinhentos mil euros que era o valor total da obra, apenas foram autorizados oitocentos mil para executar a passagem superior, mas não deu para construir os respectivos acessos. O objectivo foi que a Câmara PSD não conseguisse o Nó de Outeiro Seco.

A Senhora deputado Brigitte disse que a obra começou em 2002, o que não é verdade. Quando este executivo assumiu a Autarquia herdou do anterior um Parque Empresarial sem terrenos. Todo o processo de aquisição dos terrenos foi feito por nós a partir de 2002; as obras tiveram início em 2004 e foram terminadas e inauguradas pelo Senhor Primeiro – Ministro em 2006.

A verdade é que o Partido Socialista de Chaves em 2005 impediu que se construísse o Nó de Outeiro Seco. Posteriormente a CCDRN tentou ajudar, mas passado pouco tempo foi-nos comunicado que para aquela acção – que era a 3.15 no âmbito das candidaturas comunitárias – tinha esgotado a verba. Perante tudo isso a Câmara Municipal executou esta obra a expensas exclusivamente suas.

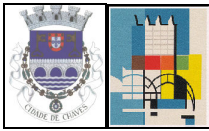
A Plataforma de Chaves está integrada no Portugal Logístico e a sua execução ficou em cinco milhões de euros e não nos sete milhões que uma jornalista referiu. No Parque Empresarial estão a funcionar, neste momento, nove unidades onde trabalham algumas dezenas de pessoas. O Mercado Abastecedor está completo e não é agradável, para quem lá trabalha, ouvir dizer que estão num deserto. Concordo com a Senhora deputada quando diz que há necessidade de introduzir operadores na Plataforma Logística, mas é bom lembrar que há ali espaços que estão a ser utilizados. É o caso do refeitório ali existente que, nos últimos dois anos, deu apoio às refeições de 800 crianças por dia. Com a entrada em funcionamento do Centro Escolar aquele refeitório pode ser colocado em concurso.

A Câmara Municipal coloca à disposição dos Senhores deputados os documentos que constituem este processo e outros, para consulta.

- O Senhor deputado **Francisco Pinto de Barros** referiu-se aos protocolos estabelecidos com Juntas de Freguesia. A informação solicitada pelo Partido Socialista foi generalista. Desde 2002 até esta data foram estabelecidos protocolos com as Juntas de Freguesia no valor de **11.414.695,80€**. Deste valor **1.977.235,74€**, foram para despesas correntes e está totalmente pago. Para investimento foram assinados protocolos no valor de **9.437.459,83€**, no contexto dos 11.414.695,90€ estando em dívida **1.141.279,80€**, o que traduz uma execução de 90%.

Havia a prática de pagar os protocolos no ano seguinte à sua assinatura (os de 2008 seriam pagos em 2009). Até 2008 foram pagos todos os protocolos estabelecidos ficando 2007 totalmente pago, mas em 2009 já tivemos dificuldade em pagar os relativos a 2008 e este ano continuamos a ter muitas dificuldades em pagar. Gostaria que pudesse ser de outra forma, mas infelizmente estamos com dificuldade nas transferências. Tenho de reconhecer e agradecer a compreensão dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia nesta matéria.

Os valores protocolados com cada uma das Juntas de Freguesia vão em proposta à reunião de Câmara, constam dos documentos de prestação de contas relativos a cada gerência e o seu valor é atribuído em função das obras que cada freguesia



tem necessidade de efectuar e dos recursos de que cada uma dispõe. Há freguesias com mais recursos do que outras e isso é tomado em linha de conta.

O SENHOR DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – usou da palavra para prestar um esclarecimento.

Disse que pode transparecer a impressão de que na sua intervenção sobre o Hospital há alguma incoerência, mas não há, porque quando foi votada a Unidade Local de Saúde se absteve e fez uma declaração de voto.

DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.TOMÁS do PS – disse que o Senhor Presidente da Câmara não respondeu às perguntas directas que lhe colocou, nomeadamente sobre a estratégia e a actividade pensada para a Plataforma Logística, respondendo com alegadas imprecisões de datas e números.

“Queria esclarecer V. Exa. que a única citação da Senhora jornalista é mesmo a parte das portas fechadas, das silvas e das ervas daninhas. Todas as considerações que não sejam pessoais, que são citações e que correspondem aos números, às datas, às áreas estão vertidas num boletim das edições INÉDIA, de Janeiro de 2006, que saiu num jornal nacional e são declarações daquele que era à data o Senhor Vice-Presidente da Autarquia.

Sei também que efectivamente há uma diferença de sete para cinco milhões de euros. Aquilo que a CCDRN pagou e o Senhor Presidente da Câmara esclareceu aqui muito bem, foi a parte superior do Nó, que é o Nó. O resto são os acessos ao Nó e esses foram da responsabilidade da Autarquia. O PS quer saber qual é a actividade da Plataforma Logística e a estratégica que está para lá pensada”.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA do PS – referiu a questão das Águas de Portugal que, no seu entender, é demasiado séria e importante para o Município e munícipes e deveria ser agendado para uma próxima sessão da Assembleia Municipal um ponto sobre esta matéria, onde esta situação possa ser devidamente analisada e discutida.

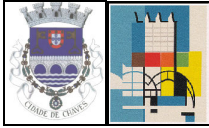
Durante muito tempo foram referidas as Águas de Trás-os-Montes/Águas de Portugal como solução para tudo e agora o Senhor Presidente vem dizer que há situações de dificuldades muito sérias sem concretizar. Quais são essas situações?

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que foram colocadas.

Nó de Outeiro Seco. Relativamente à questão do Nó uma coisa é a passagem superior e outra é o Nó. O Nó é constituído por todas as restantes infra-estruturas que permitem o acesso por aquele local. As Estradas de Portugal disponibilizaram a verba apenas para a passagem superior tendo a Câmara Municipal assumido o financiamento da restante parte da obra, num total de um milhão e quinhentos mil euros. A obra ficou muito mais cara porque a concessionária tinha feito a programação para a sua construção em simultâneo com a auto-estrada e se isso tivesse acontecido, conforme estava previsto inicialmente, ficaria tudo num milhão e seiscentos mil euros.

Águas de Portugal. No que se refere às Águas de Portugal o que eu disse foi que logo que houvesse uma reunião traria a esta Assembleia o resultado das conversações.

Ainda sobre este assunto gostaria de dizer que, no contexto do País, em que o Grupo “Águas de Portugal” tem dezenas de Empresas a operar, a Empresa “Águas de Trás-os-Montes” é a que fornece a água mais cara. A mais barata é fornecida pela Empresa do Douro e Paiva - a 34 cêntimos o m³ - enquanto que nós a pagamos a 62 cêntimos (quase o dobro). No saneamento há empresas no País que cobram a 32 cêntimos (valor que nós cobramos aos munícipes) e pagamos a 70 cêntimos o m³ de água tratada. Esta é que é a realidade. Quando veio cá a Senhora Ministra eu apelei à solidariedade. E isso só acontece se os preços forem redefinidos. Se nos grandes



centros, onde há um enorme número de consumidores, aumentassem 5 cêntimos, poderia descer 20 cêntimos em Trás-os-Montes.

Até 2007 o Município de Chaves fornecia água às populações de boa qualidade; água que recolhia, tratava e distribuía. Em 2008, com a entrada em funcionamento do sistema do Alto Rabagão, fomos obrigados a passar a consumir a água daquele sistema e desactivar as nossas captações (felizmente que não as entregamos) na perspectiva de fornecer quer em alta, quer em baixa e fazer a cobrança. Em função disso foi estabelecido um acordo no qual o Município de Chaves pagaria à Empresa “Águas de Trás-os-Montes” o que receberia dos utentes. Esse acordo foi cumprido em 2008 rigorosamente. A partir de 2008 passaram a cobrar-nos toda a água colocada na rede a 62 cêntimos o metro cúbico cobrando nós os primeiros cinco escalões a 38 cêntimos e o segundo escalão, que vai até 10 m³, a 70 cêntimos. Contabilizando as perdas, a manutenção da rede e o trabalho, o que pagamos é muito superior ao que recebemos.

Com a entrada em funcionamento da nova ETAR pagamos o m³ de água tratada a 70 cêntimos. Tudo isso faz com que o nosso compromisso mensal com as “Águas de Trás-os-Montes” ronde os quatrocentos mil euros, quando nós cobramos cem mil. Estou à vontade para falar neste assunto porque, na altura da adesão ao sistema - eu o Senhor Vereador António Cabeleira - fomos contra a integração nas “Águas de Trás-os-Montes” tendo, nesse então, apresentado um documento explicando as razões porque votámos contra.

Temos exigências a apresentar ao Grupo, nomeadamente a cobrança de quilómetros de conduta subterrânea dentro do concelho, a diferença entre o que recebemos e aquilo que nos cobram e o total do investimento que a Autarquia fez na rede, conforme foi acordado em 2008. Neste data devemos à Empresa 1.600 mil euros, mas segundo cálculos efectuados por peritos, ela deve-nos a nós dois milhões e meio de euros. Sendo assim as “Águas de Portugal” só tem duas hipóteses: ou aceitam a nossa proposta ou então accionaremos os meios que nos permitam, de uma forma legal, anular o contrato e sair da Empresa, passando a fornecer a água pelos nossos meios. E isso é um direito constitucional.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Actividades Relevantes - Documento anexo

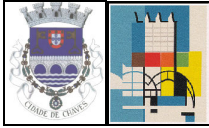
Outras Informações:

Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU - disse preocupar-se com a deslocação dos alunos da Escola de Santo Amaro para tomar as refeições. Entende que em vez de deslocar as crianças em autocarros, devem passar a ser servidas as refeições na Escola.

Perguntou qual é a perspectiva do Município relativamente a futuros encerramentos de mais escolas.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse é importante conhecer a agenda do Senhor Presidente da Câmara, mas mais importante é conhecer os resultados das reuniões em que participa em prol do Concelho.



Gostaríamos de lhe fazer uma pergunta sobre a questão do Parque Desportivo que se arrasta há muito tempo. Num passado recente foi aqui apresentado o respectivo projecto que entendemos ser ambicioso e questionámos o Senhor Presidente sobre o seu financiamento, tendo-nos informado que o mesmo se concretizaria através de uma parceria público-privada. Gostávamos de saber em que fase está essa situação, se já existe essa parceria e se vamos ter Parque Desportivo ou não.

Sobre a situação financeira da Autarquia gostávamos de ser esclarecidos em relação às taxas de realização da receita, nomeadamente a receita de capital, onde temos índices muito baixos, quer na liquidada, quer na recebida e qual a razão desta situação. Esta informação diz respeito a 24 de Setembro de 2010, faltam três meses para terminar o ano económico e deparamos com taxas de realização baixas, sobretudo na receita de capital e na despesa de capital, sendo esta última a que traduz investimento. Gostávamos ainda de o questionar sobre as dívidas a terceiros e a sua evolução desde Abril até Setembro de 2010. Sabemos o significado que isto tem relativamente ao dinamismo económico dos agentes locais; gostaríamos de saber se este valor se refere, efectivamente a dívidas a fornecedores locais e se a Autarquia tem noção do impacto que isto pode ter em termos de dinamismo da economia local.

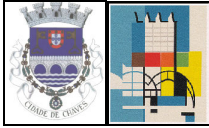
O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Informação da Actividade Municipal. Sobre esta questão é bom não esquecer que todos os Grupos Municipais recebem três informações distintas. Neste conjunto de informações vai o resumo das actividades quer de agenda do Presidente, quer da situação financeira, quer do volume de obras em concurso e em execução. A informação varia de Assembleia para Assembleia. No mapa da Divisão de Empreitadas é apresentado o cronograma de execução das noventa e oito obras em curso, com o ponto da situação, incluindo o que foi facturado e o que foi pago.

Parque Desportivo. Este empreendimento era uma parceria público-privada em que os parceiros privados ficaram de encontrar financiamento para realização da obra, o que até à data não aconteceu. O Município vai investir em equipamentos desportivos, independentemente da evolução que possa vir a ter o Parque Urbano Desportivo e a sociedade de suporte. A Autarquia já adquiriu mais de dois hectares de terrenos, aguardando-se que os parceiros consigam obter o financiamento necessário. Se isso não for possível a Autarquia procurará fazer o investimento que lhe permita disponibilizar os meios para a prática desportiva normal e comum, conforme tem vindo a ser feito até esta data. Colocámos o relvado sintético em Vidago, estamos a pensar fazê-lo em Vilar de Nantes e investiremos noutros equipamentos que se tornem necessários para a prática de desporto com qualidade no Concelho.

Situação Financeira - Receitas e Despesas. Até à data temos de receitas correntes catorze milhões e de despesas correntes doze milhões, havendo aqui uma poupança de dois milhões de euros. A dívida de terceiros para com a Autarquia é de sete milhões e o investimento feito é de dez milhões, tendo os dois milhões que poupamos na receita sido transferidos para despesas de capital. Temos um grau de execução financeira, neste momento, na ordem dos 35%, menos 2% do que no ano de 2009, na mesma data. Na taxa de execução física estamos a 75% e a perspectiva de execução final é de 50%, o que nos deixará satisfeitos tendo em conta a conjuntura financeira do País.

Dívidas. Temos três tipos de dívida. A que será paga até ao final do ano, a dívida à banca e a dívida a empreiteiros e a fornecedores que subiu. Desse total, cerca de dez milhões de euros são às Águas de Trás-os-Montes e à RESINORTE. À dívida de um milhão e seiscentos mil euros às Águas de Trás-os-Montes temos de somar os encargos bancários, conforme os acordos pré-estabelecidos. A grande questão que se coloca à Autarquia reside nos sistemas que foram criados, dos quais discordámos,



mas que tivemos de aceitar porque em 2001 esta Assembleia Municipal deliberou nesse sentido. Esse é hoje o nosso grande constrangimento económico – financeiro, que é comum a todo o País. Neste momento a dívida das Autarquias às Águas de Portugal supera os duzentos milhões de euros. Isso significa que o sistema não nos serve e ou muda ou então temos de o fazer mudar.

Escolas. A Escola de Santo Amaro tem neste momento 171 crianças do 1º Ciclo, distribuídas por 8 salas. O número total de crianças do 1º Ciclo no concelho é de 1390 (ensino público); no ensino pré-escolar público temos 435 crianças. O Jardim-de-infância público que tem mais crianças é o do Cino Chaves, logo seguido do Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade que tem 76.

No corrente ano lectivo temos três escolas com menos de vinte e um alunos – Santo Estêvão, Soutelo e Mairos – por virtude de um acordo feito com a DREN, tendo como base as distâncias a percorrer e a existência de crianças com necessidades educativas especiais.

O novo Centro Escolar custou 4,7 milhões de euros, dos quais tivemos de financiamento 3,6 milhões. O esforço financeiro da Autarquia, sem contabilizar o terreno, foi de um milhão e cem mil euros. Para além disso investimos na escola de Santo Amaro 47 mil euros, 37 mil em Loivos, 50 mil na transformação da Escola do Cino Chaves em Jardim-de-infância, incluindo uma sala para refeições e 60 mil euros na construção de uma nova sala na escola de Nantes, onde são servidas as refeições às crianças. Neste momento a Autarquia é responsável pelo fornecimento de 810 refeições diárias nas diversas escolas. Em Santo Amaro não são servidas refeições no edifício porque não tem sala disponível para o efeito. A partir de 2011 a Autarquia irá apresentar nova candidatura para um novo Centro Escolar na Madalena, mas temos a intenção de manter o edifício de Santo Amaro ligado ao ensino.

PONTO 2. – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – REDE SOCIAL DE CHAVES 2010/2012 – PARA CONHECIMENTO.

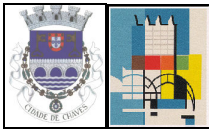
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que há três anos atrás foi aqui aprovado um Plano de Desenvolvimento Social e que, de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário fazer uma actualização desse Plano.

Quem aprova este documento é o CLAS – Conselho Local de Acção Social. Das catorze acções que estão aí discriminadas apenas duas não estão em execução. O Centro Social da Várzea que prevemos entre em funcionamento dentro de pouco tempo e o Centro de Apoio a Deficientes com a Associação Flor do Tâmega. As restantes estão todas em pleno funcionamento.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse que num período em que os constrangimentos financeiros são sobejamente conhecidos, em que há um apelo constante ao corte das verbas do Orçamento de Estado é de enaltecimento a criação de medidas que visam resolver os problemas daqueles que mais precisam.

“Congratulamo-nos com esta medida, mas também nos congratulamos com o Governo que temos, do PS, que tem como bandeira o desenvolvimento de políticas sociais que dão sustentabilidade a estas medidas agora criadas e que já estão no terreno.

Sendo 2010, o ano europeu de combate à pobreza e exclusão social, começamos por saudar a Autarquia e, em particular, os diferentes elementos que compõem o Conselho Local da Acção Social e os técnicos directamente envolvidos na elaboração e apresentação do Plano de Desenvolvimento Social para o Biénio 2010/2012 que agora vem à nossa apreciação. Efectivamente este era um trabalho que urgia no nosso Concelho e à semelhança do que já vem acontecendo há alguns anos, em muitos municípios, reconheceu-se que a realidade social dos nossos dias, nomeadamente dos chamados grupos socialmente vulneráveis, há muito que impõem



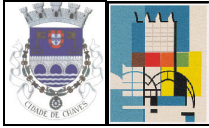
promover a inclusão social através da criação de uma rede potenciadora da articulação e congregação de esforços, impulsionadora do trabalho em parceria, que se traduza na procura de uma maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução de problemas concretos.

Consciente desta absoluta realidade já foi em 1997, que o Governo do PS criou, por via de uma Resolução do Conselho de Ministros, a primeira Rede Social que integrou, inicialmente, quarenta e um concelhos piloto. Em 2006 esta rede contava já com 275 municípios e, nesse ano, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, através do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Julho, veio consagrar definitivamente os princípios, finalidades e objectivos da rede social bem como a sua constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos, com aplicação a todo o território nacional. Não é novo, nem recente, pelo menos em termos nacionais e governamentais este ensejo de procurar, através da criação de plataformas, articular os diferentes parceiros públicos e privados, no sentido de garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local. Foi também em 2006 que o Governo lançou o programa de alargamento da rede de equipamentos sociais – PARES – visando, desenvolver e ampliar a rede de equipamentos sociais, contribuindo de forma determinante para a melhoria do bem estar e das condições de vida dos cidadãos e das famílias.

É precisamente neste Fórum e atendendo à forte implementação e execução que este Programa do Governo tem demonstrado no nosso Concelho, que queremos felicitar todas as instituições de solidariedade que, com criatividade, iniciativa e na missão de servir em prol da comunidade, apresentaram com sucesso candidaturas ao Programa PARES, contribuindo para o desenvolvimento sustentado e sustentável que todos ambicionamos para o nosso Concelho. Felizmente não nos faltam exemplos. Só nos últimos três meses foram inaugurados no Concelho de Chaves o Centro de Dia de Santo António de Monforte, com uma comparticipação nacional de 70% (203 mil euros num total de 290 mil); o Lar da Abobeira, com uma comparticipação nacional de cerca de 52% (300 mil euros, num total de 600 mil), acrescentando um apoio anual de 215 mil euros para despesas de funcionamento; o Centro Social e Paroquial de Chaves, com um financiamento governamental de cerca de 75% (364 mil euros, num total de 484 mil); o Centro Social de Santa Clara de Sanjurge, com cerca de 71% (150 mil euros, num total de 210 mil) e a Unidade de Cuidados Continuados, cujo investimento global ultrapassa os cinco milhões de euros. Para além deste apoio para a construção, o Estado transfere cerca de 400 mil euros mensais, através de acordos de cooperação, para instituições de apoio social.

Queremos com isto salientar que, nos últimos anos, em todo o território nacional, mas especialmente no interior norte, incluindo o nosso Concelho, são muito evidentes os resultados que vão desde os múltiplos postos de trabalho criados, às diversas respostas sociais possibilitadas. Deste esforço nacional para a correcção de assimetrias existentes na distribuição da capacidade instalada ao nível dos equipamentos sociais, esse trabalho será agora complementado e certamente majorado, com a intervenção municipal que este Plano de Desenvolvimento Social nos deixa antever.

Uma vez que tal documento vem a esta câmara só para conhecimento são, como se vê, positivas as considerações que sobre ele tecemos. Não obstante, parece-nos que um futuro Plano deverá também incluir um eixo de intervenção e respectivo plano de acção cujo público principal sejam as pessoas alvo de discriminação, nomeadamente vítimas de violência doméstica, imigrantes, minorias étnicas, toxicodependentes, reclusos, ex-reclusos e pessoas sem abrigo.



Fica feita a sugestão acompanhada das felicitações às entidades já mencionadas e a vontade de conjuntamente constatarmos, no final destes dois anos, que se alcançaram os objectivos projectados”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que as candidaturas ao Programa PARES são apoiadas com Fundos Comunitários. Os Fundos Nacionais são os que permitem o funcionamento das instituições continuamente.

Nestes equipamentos o difícil não é construí-los, mas sim assegurar o seu funcionamento e isso é feito com fundos nacionais.

Para além dos equipamentos aqui referidos, foi esquecido o esforço financeiro municipal em cada uma destas realizações que nunca foi inferior a 50 mil euros. Mas o Senhor deputado não referiu os equipamentos todos, nomeadamente Mairós, Travancas, Vilarelho da Raia, Casas dos Montes e Calvão que também receberam esse apoio financeiro da autarquia e são fruto de um grande esforço local. Para além destes últimos e daqueles que o Senhor deputado mencionou encontram-se em execução, sem financiamento mas apoiados pela Câmara Municipal, Couto de Ervededo, Faiões, Tronco e S. Vicente da Raia. Há projectos aprovados no CLAS, nomeadamente Cimo de Vila, Vila Verde da Raia, Bustelo, Outeiro Seco, Curalha e Carvela. Estamos também a apoiar equipamentos em escolas desactivadas, especialmente Centros de Convívio. Todo este esforço já custou ao Município para cima de um milhão de euros, nos últimos anos.

Também ao nível social, desde bolsas de estudo para o Ensino Superior, que estão no limite, ao apoio às rendas, que estão a aumentar de ano para ano, às habitações degradadas, sobretudo nos meios rurais, a Autarquia tem vindo a fazer um esforço financeiro que não deve ser esquecido. Também é de toda a justiça que sejam lembradas todas as pessoas que de uma forma altruísta e entrega total têm lutado para que estes equipamentos de carácter social cheguem às suas freguesias.

DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. TOMÁS, do PS – disse que nos termos do disposto na al. a) nº. 5 do art. 3º do Decreto-Lei nº. 56/2006, de 15 de Março e o Despacho Conjunto nº. 1057/2005, de 10 de Novembro, o Programa PARES é exclusivamente financiado com verbas provenientes dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais, atribuídos ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

PONTO 3. – DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011. PROPOSTA N 66/GAPV/2010.

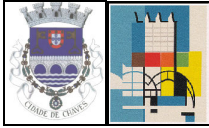
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a nível nacional o que hoje se discute é o aumento de impostos. No Município de Chaves não só não aumentam, como ainda se vai pagar menos.

Durante o corrente ano, uma das variáveis do cálculo do preço das habitações baixou um ponto percentual – era 1.2, baixou para 1.1. Em função disso o preço das habitações é menor e como a taxa se mantém, o valor a pagar é também menor.

A comunicação social tem vindo a dar conhecimento de que 90% dos Municípios do País aumentaram o IMI para a taxa máxima. Chaves mantém o valor de 2009, espera manter o mesmo nível de investimento e não vai sobrecarregar mais os cidadãos do Concelho.

DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. TOMÁS, do PS – relativamente a esta questão do IMI e às respectivas taxas a cobrar saúdam a Proposta apresentada pela Câmara Municipal que, à semelhança do que já aconteceu em 2009, vem ao encontro do que são, desde 2006, as propostas do Grupo Municipal do Partido Socialista.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que, tendo em conta toda a situação económica que se atravessa é compreensível a posição da



Autarquia relativamente ao IMI e as taxas propostas estão adequadas à situação actual.

Alertou que a OCDE levantou uma questão preocupante e que é retirar as receitas do IMI para o governo central, tendo em conta que o financiamento das autarquias locais, através do IMI, criaria especulação imobiliária. Isto no entender da CDU é um princípio que deve ser condenado.

DEPUTADO JOÃO MIRANDA RUA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que a situação actual possui todos os ingredientes necessários para as Câmaras Municipais aproveitarem esta ferramenta que é o IMI para aumentarem as respectivas taxas.

Os indicadores que o governo deixa transparecer, de aumento do IMI já para o próximo ano, bem como o enorme corte que fez nas verbas a transferir para os Municípios, são motivos mais que suficientes para que estes agravem as taxas em vigor, traduzindo-se numa forte penalização aos contribuintes.

Para além do IMI existem outras medidas que afectam directamente os proprietários de prédios rústicos ao reduzir o prazo da gratuitidade do registo na respectiva Conservatória em 15 meses. O limite seria o final do ano de 2011 e foi alterado abruptamente para o final de Setembro de 2010, com valores altamente penalizantes; 250 euros para o primeiro prédio e 50 para os restantes. Esta situação vai afectar particularmente as pessoas com menos possibilidades económicas, acrescendo o facto de a propriedade estar muito dividida, devido às sucessivas divisões de partilha e algumas haverá que o seu valor patrimonial real é menor do que o valor do registo. Este imposto municipal que anualmente é apreciado e votado por esta Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, contempla a manutenção, aumento ou diminuição dos respectivos valores. O IMI, herdeiro da contribuição autárquica e esta por sua vez da contribuição predial, contribui, inquestionavelmente, para aportar uma maior justiça e transparência ao processo, uma vez que deixou de ser aplicado em função da presunção de avaliação, sem qualquer sustentação técnica.

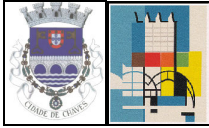
Este imposto, também associado a uma situação de crise financeira herdada pelo Governo do Dr. Durão Barroso e Dr.^a Manuela Ferreira Leite permitiu às Câmaras Municipais aumentar as suas receitas, mantendo, no entanto, o Governo o controle da sua aplicação na determinação dos valores máximos e mínimos a aplicar.

A Câmara Municipal de Chaves, por sua vez, consciente do impacto deste imposto junto dos contribuintes e a sua importância para a economia local, particularmente nos sectores do imobiliário e da construção civil, tem optado, coerentemente, por valores intermédios, resistindo à tentação de aumento da receita pela receita.

A Proposta agora apresentada pela Câmara Municipal de Chaves, cuja fundamentação assenta, efectivamente, em critérios dificilmente questionáveis, particularmente em princípios de elementar coerência, uma vez que os valores propostos são de manutenção daqueles que estão em vigor.

Considerando que os coeficientes de localização foram recentemente alterados, poder-se-à considerar que, em alguns casos, haverá mesmo redução de valores a pagar pelos contribuintes. Para reforçar a equidade é fundamental a intensificação do processo de reavaliação dos imóveis em conformidade com o respectivo código, uma vez que os valores provenientes deste processo são os que maior incidência tem nas receitas municipais; no entanto estas receitas dependem da eficácia de cobrança, esta da responsabilidade da Repartição de Finanças.

A manutenção das majorações já em vigor constitui um factor de discriminação positiva de vital importância particularmente para a requalificação e revitalização do Centro Histórico de Chaves.



Terminou realçando a posição do executivo municipal pelo facto de manter o Concelho isento do pagamento do imposto da Derrama, que seria ainda mais penalizador para a economia local.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4. - ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS AOS MUNICÍPIOS AFECTADOS PELA CONSTRUÇÃO DAS GRANDES BARRAGENS. PROPOSTA Nº. 55/GAPV/2010.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** referiu que desde que exerce cargos políticos é a primeira vez que a Proposta da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis é aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Chaves.

Em relação ao ponto em análise disse que os Autarcas do Alto Tâmega decidiram levar à aprovação das Câmaras e Assembleias Municipais uma Proposta que, mantendo a posição que cada um defende, irá salvaguardar os interesses da Região. Essa Proposta vai no sentido de solicitar ao Governo que invista no Alto Tâmega um terço do valor que recebeu da IBERDROLA pela concessão da construção das Barragens no rio Tâmega e seus afluentes, em benefício das populações que essas construções vão afectar.

Que o Fundo de Desenvolvimento previsto para o Alto Tâmega, caso se concretize, seja gerido pelos municípios. Que não sejam afectadas as potencialidades turísticas da região e manter a atribuição de um montante financeiro fixo de 2,5% da produção bruta das barragens a distribuir pelos municípios afectados, durante os anos da concessão, a partir de 2017 e durante 65 anos, conforme aprovado na sessão anterior desta Assembleia Municipal.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – usou da palavra para dizer que seria importante que a Proposta em análise reafirmasse a questão da cota. A Comissão para avaliação do Estudo de Impacto Ambiental, com a Associação Portuguesa do Ambiente, Instituto Nacional da Água, Instituto Superior de Agronomia, Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, concluiu o seu estudo dizendo que não pode dar um parecer favorável ao EIA da Barragem do Alto Tâmega. Uma coisa é o Estudo de Impacto Ambiental e outra é a Comissão que avalia esse estudo, em conjunto com uma série de Instituições que estão acima de qualquer suspeita e que concluiu por não poder dar parecer favorável.

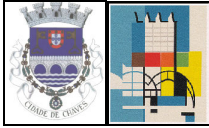
O Governo fica com a responsabilidade de comprometer o futuro. A CDU apoia todas as medidas que constam da Proposta da Autarquia mas acima de tudo o respeito pelo impacto ambiental, seguido do respeito pelas populações directamente envolvidas e afectadas e o respeito pelos municípios da região. Se uma das nossas riquezas é a água, a região deve aproveitar-se da utilização dessa riqueza.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5. ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CIM/TM. PROPOSTA Nº 62/GAPV/2010.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que a alteração aos Estatutos surge por uma razão de ordem Jurídico-administrativa.

O documento que oportunamente foi aprovado por este Órgão autárquico previa que a sede da Comunidade Intermunicipal fosse de acordo com a rotatividade das presidências a exercer por cada um dos municípios integrantes. Mas há a necessidade de definir um endereço para a Comunidade e no regime de rotatividade criaria uma situação muito complicada. Dado que a Assembleia Intermunicipal da Comunidade já tem sede definida em Bragança, entendeu-se que a sede geral da



CIM seja estabelecida igualmente naquela cidade, sem prejuízo da referida rotatividade em termos de presidência.

A sede da Agência de Energia de Trás-os-Montes será em Chaves, conforme oportunamente foi aqui aprovado, o que em termos de actividade, de potencialidade económica, de desenvolvimento e inovação é uma mais valia para nós.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que só se houve falar da Comissão Intermunicipal de Trás-os-Montes para questões formais de mudanças.

“É espantoso como um país se organizou em termos de estruturas, que são as alternativas à Regionalização e é vergonhoso que não se veja nada útil produzida pelas Comunidades Intermunicipais”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu à intervenção dizendo que concorda com a questão genérica da Regionalização e o facto de vir a este Órgão para cumprir formalidades, não significa que não tenha actividade.

A minha posição de partida foi contra este tipo de Comunidade pela seguinte razão: no Distrito de Vila Real vivemos durante muitos anos divididos entre o Norte e o Sul e na altura em que dispomos da A24 que nos une, o Governo decreta que as Comunidades Intermunicipais se formem por NUT'S. Agora que temos um bom acesso para sul - Vila Pouca, Vila Real, Régua – este sistema coloca-nos a grande distância em termos de ligação rodoviária, o que não tem lógica. Defendemos uma Comunidade Intermunicipal só para o Alto Tâmega mas não foi aceite. Nestas circunstâncias é extremamente difícil acertarmos objectivos comuns entre Montalegre e Miranda do Douro, separadas por uma enorme distância. Aliás hoje para nós é mais difícil chegar a Bragança do que ao Porto.

As CIM'S são obrigatórias para enquadrar o acesso a fundos comunitários. Há setenta e oito milhões de euros para os municípios que só serão distribuídos por virtude de existir a CIM; desse valor Chaves já beneficiou com a construção do Centro Escolar, o Acesso ao Centro da Cidade e o Balneário de Vidago, num total de dez milhões e novecentos mil euros.

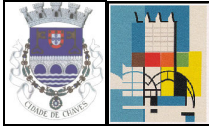
DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou da palavra para dizer que os elementos da Assembleia Municipal que foram eleitos para integrar a AIM tinham a intenção de vir a uma sessão deste Órgão informar sobre o trabalho realizado na Comunidade. Isso só ainda não foi feito até à presente data porque foram a três reuniões – uma em 2009, para tomar posse e duas em 2010. A primeira de 2010 foi novamente para tomar posse e a segunda para aprovação das contas relativas a 2009 e o Orçamento para 2010.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 97 votos a favor, três abstenções da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. PROPOSTA Nº. 69/GAPV/2010 – ART. 83º.

O PRESIDENTE DA CÂMARA informou que quando foi aprovado o Regulamento de Liquidação e Cobrança de taxas Municipais que aprovou o conjunto das taxas por lapso não foram contempladas na respectiva Tabela as taxas devidas pela ocupação de ossários municipais. É uma prestação de Serviços que não foi solicitada nos últimos sete anos e daí o lapso, mas que efectivamente tem de constar quer do Regulamento quer da Tabela, por força e nos termos da Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 97 votos a favor, zero votos contra e 4 abstenções, sendo 1 do PS e 3 da CDU. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



PONTO 7. REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E DE EDIFICAÇÃO - APROVAÇÃO DEFINITIVA NA SEQUÊNCIA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA. INFORMAÇÃO DA CHEFE DE DIVISÃO, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, ARQTA. ANA ISABEL AUGUSTO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA informou que o Projecto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação esteve em discussão pública durante trinta dias, tendo terminado a 14 de Setembro sem que tenha havido qualquer sugestão ou alteração sobre as soluções nele contempladas. Vem à Assembleia Municipal para sancionamento.

DEPUTADO LUIS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – disse que a sua intervenção vai mais no sentido de alertar o executivo para uma situação, que no seu entender não estará bem definida.

O art. 39º refere os parâmetros a respeitar nas disposições técnicas do estacionamento de veículos automóveis nos loteamentos, definindo o número de lugares públicos e privados. O art. 41º define as excepções dizendo que nas situações devidamente justificadas poder-se-à admitir a redução do número de lugares de estacionamento, mas não define em que situações, deixando ao critério dos técnicos a decisão de julgar, o que, em meu entender, deixa uma porta aberta a situações menos claras.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que se no Regulamento forem tipificadas todas as excepções, estas deixam de ser excepções.

Se fossemos a cumprir rigorosamente o Regulamento no Centro Histórico não seria possível fazer recuperação de imóveis, logo aqui aplica-se a excepção, dado que aí não há possibilidade de definir lugares de estacionamento porque não temos espaço. Teremos em conta a chamada de atenção do Senhor deputado Luis Geraldes e estudar a forma de a enquadrar.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O SENHOR DEPUTADO RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU ainda perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tinha mais alguma informação sobre a situação das SCUT'S, ao que este respondeu que para além do que é do conhecimento público não dispõe de mais informação.

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

O 1º. Secretário, _____

O 2º. Secretário _____

A Funcionária _____